

### Lembra-te que:

- “As pessoas têm diferentes expressões e identidades de gênero. Cada indivíduo tem o direito de definir a sua identidade e ser tratado de acordo com a mesma.” (TGEU, TOOLKIT)
- “A situação dos direitos humanos dos trabalhadorxs do sexo requer uma ação urgente” (TGEU, Sex Work Policy)
- O estigma leva a violações dos direitos humanos, algo que se reflete tanto na comunidade como no comportamento dos indivíduos.
- Organizações Internacionais, como a OMS, a Comissão Global sobre HIV e Lei e a Amnistia Internacional propõem a descriminalização de todos os aspetos do trabalho sexual realizado por adultxs, pelas previsíveis barreiras que a criminalização cria aos direitos humanos dxs trabalhadorxs do sexo” (AI Policy on Sex Work 2016)
- Tráfico de seres humanos e exploração sexual não são sinónimos de trabalho sexual. Constituem fenómenos diferentes e não devem ser confundidos ou associados.
- Ser trabalhadorx do sexo trans (TST) não é um crime. Fazer a transição, ser cross-dresser ou não ser claramente masculino ou feminino é legal. Fazer trabalho sexual não é crime.
- Ser trans não é um diagnóstico médico, trata-se de uma característica da identidade de gênero dxs indivíduos.
- A comunicação em larga escala desempenha um papel importante no desenvolvimento da sociedade e a nossa percepção é condicionada pelas informações que recebemos.
- Os próprios meios de comunicação social geralmente reproduzem e reforçam estereótipos e estigmas.
- Ao falar sobre trabalho sexual e identidade de gênero, informações objectivas e confiáveis baseadas em várias fontes são de grande importância.

### Fact Box:

- 88 % das pessoas trans vítimas de homicídio na Europa são trabalhadorxs do sexo (TGEU 2017)
- 43% das pessoas trans vítimas de homicídio são trabalhadorxs do sexo migrantes (TGEU 2017)
- 33% reportaram pelo menos uma experiência negativa com médicos ou com equipas de saúde (Transgender Survey 2015)
- Na União Europeia, apenas 7 estados introduziram leis antidiscriminação que protegem os indivíduos da discriminação baseada na expressão de gênero. (TGEU 2019)
- 86% dxs TST nos EUA relatou ter sido assediadx, atacadx, agredidx sexualmente ou maltratadx de alguma outra forma pela polícia. (TGEU 2017)



A FAZER:	A EVITAR:
Sê específicx relativamente à linguagem e terminologia: é importante ser muito precisx e clarx relativamente ao que queremos dizer.	Não patologizes os corpos e identidades trans.
Tenta usar linguagem que xs trans usam. São xs trans que sabem qual a linguagem que mais se adequa a si.	Não faças suposições quanto à identidade de género, preferências sexuais ou orientação sexual. Se precisas de mais informações, pergunta a quem entrevistas.
Pergunta à pessoa entrevistada que pronome de género deves usar, bem como se aceita que este se reflita nos registos escritos.	Não menciones a identidade de género de alguém, se não for importante para a história.
Se possível, explica a terminologia à audiência/ público de uma forma fácil e compreensível.	Evite um discurso paternalista e suposições estereotipadas.
Considera quais as perguntas que colocas.	Não retrates TST como vítimas sem voz.
Respeita os princípios da confidencialidade e privacidade.	Não assumas que alguém é trabalhador do sexo apenas por ser trans e migrante ou indocumentado.
Ouve as histórias de ativistas TST e partilha as suas vozes. Aprende com activistas e jornalistas trans.	Não faças generalizações injustificadas. Em vez disso, destaca o carácter específico da situação dx TST que entrevistaste/visitaste.
Se possível, baseia a tua história em informação em primeira mão de TST ou aliadxs. Consulta organizações de TST relativamente a notícias relacionadas com assuntos trans ou trabalho sexual.	Não uses apenas uma fonte para o teu trabalho.
Escreve histórias para lá das estereotipadas sobre cirurgias, violência e sexo. Tenta apresentar imagens mais “positivas” sobre ativismo, advocacy bem-sucedida etc.	Não uses a voz de trabalhadorxs do sexo apenas para ilustrar o teu argumento. Dá-lhes espaço para serem a voz da autoridade/especialista no teu trabalho.
TST não são apenas trabalhadorxs do sexo. As suas realidades vividas vão além de sua profissão.	Não confies nas opiniões e informações da polícia ou de outrxs atores, que são em si mesmos potenciais autores de discriminação em potencial.
Entende o trabalho sexual como uma estratégia e meio para lidar com estruturas de violência, e não como resultado de estruturas violentas.	Não te concentres apenas na transfobia ou no trabalho sexual. Em vez disso, leva em consideração outros fatores, como regimes de migração, violência económica, racismo e misoginia.
Pergunta a ti mesmo: qual é a tua motivação para relatar sobre TST? Quem beneficia e de que formas do seu relatório específico?	Não instrumentalizes TST e as suas experiências para outros fins, por ex. como ilustração para estruturas violentas que afetam todas as pessoas trans.
Caso tires fotos de TST de forma a ilustrar o teu artigo, pergunta sempre às pessoas figuradas se concordam com a sua publicação.	Evita usar imagens cliché tanto na linguagem, como na ilustração.



Para mais informações, por favor contacte a entidade coordenadora:

APDES | Agência Piaget para o Desenvolvimento  
Arcozelo, Vila Nova de Gaia - Portugal  
T. +351-227-531-106/7 | M. +351-939-406-020  
portog@apdes.pt

